

ARTIGO

A GREVE DA VOLKSWAGEN (1979): O DESPERTAR DO NOVO SINDICALISMO E OS MÉTODOS DE CONTROLE DA VIDA OPERÁRIA

VOLKSWAGEN STRIKE (1979): THE AWAKENING OF A NEW UNIONISM, METHODS OF CONTROLLING THE WORKING CLASS LIFE

LUIZ ANTONIO DIAS*
RAFAEL LOPES DE SOUSA**

RESUMO

Partindo dos acontecimentos que suscitaram as greves de 1979, dos metalúrgicos do ABC paulista, este artigo investiga as redes de informações e controle criadas pela empresa para vigiar e punir os operários, busca também compreender a lógica de apoio e cooperação desenvolvida entre agentes públicos e privados. Tem como objetivo macro analisar os desdobramentos da crise econômica e política do final da década de 1970 e início de 1980 e daí estudar os elementos que ajudaram a consolidar os métodos e práticas de um novo sindicalismo. Como objetivo específico, buscará analisar os documentos produzidos pelo Departamento de Segurança da Volkswagen, em colaboração com os agentes do estado.

PALAVRAS-CHAVE: Greve de 1979; Volkswagen; Repressão.

ABSTRACT

From the starting point of the causes that lead to the metalworking employees strikes in 1979, this paper investigates the information and control networks created by the company to monitor and punish workers, and also seeks to understand the logic of support and cooperation developed between public and private agents. Its macro objective is to analyse the consequences of the economic and political crisis of the late 1970s and early 1980s and to study the elements that helped consolidate the methods and practices of a new trade unionism and, as a specific objective, to analyse the documents produced by the Volkswagen Safety Department in collaboration with state agents.

KEYWORDS: Strike of 1979; Volkswagen; Repression.

Após a Revolução de 1930, o processo de industrialização no Brasil torna-se um projeto urgentemente necessário para uma incipiente burguesia que crescia nos grandes centros urbanos do país. Nesse contexto de transformação sociocultural, São Paulo ganha destaque como o principal polo econômico do país e da América Latina, com uma produção variada de bens de consumo: tecidos, sapatos, móveis, materiais de construção, entre outros produtos industrializados. Apesar do surgimento e fortalecimento desse pequeno mercado consumidor, a pulsão econômica do capitalismo brasileiro manteve, até meados da década de 1950, uma crescente participação do Estado, com destaque para a criação de várias estatais da indústria pesada, entre as quais podemos apontar: Companhia Siderúrgica Nacional (1941); Companhia Vale do Rio Doce (1942) e Petrobrás (1953). A intervenção do Estado na economia diversificou a indústria de bens de capital e abriu possibilidades para o preparo e a inserção de novas categorias de trabalhadores no mercado de trabalho.

A partir da década de 1950 a participação do Estado na economia começa a ser revista, principalmente após a inauguração da política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek que elege novas prioridades para o desenvolvimento econômico da sociedade brasileira. Essas novidades estavam estruturadas em um tripé de investimento aparentemente distinto, mas com um mesmo propósito final, a saber: fortalecimento do mercado de trabalho, que teria: a) o Estado como fiador; b) as empresas nacionais como parceiras subsidiárias; c) o capital internacional como financiador dos investimentos. Os resultados dessa aliança repercutiram positivamente com a oferta de novos postos de

trabalho preenchidos por trabalhadores que, incentivados pela nova política governamental, deslocavam-se do campo para a cidade em busca de melhores oportunidades de trabalho e educação. Essa movimentação demográfica alterou a configuração das cidades brasileiras que se tornaram mais urbanas, heterogêneas e suscetíveis às ações dos sindicatos.

Neste cenário em transformação, o Golpe Civil-Militar de 1964 é um divisor de águas importante na história do Brasil republicano por muitas e variadas razões. Nosso interesse neste artigo consiste, todavia, em explorar apenas dois destes vetores. De um lado, busca-se analisar as relações estabelecidas entre o capital e suas imposições para a organização e padronização de uma nova força de trabalho no pós-1964, enquanto de outro, quer compreender o estreitamento das articulações do Estado com as Empresas, com vistas ao controle e quiçá punição de trabalhadores “insubmissos” e “subversivos”.

Nos interrogatórios, testemunhas relatam detenções e torturas dentro das instalações de empresas alemãs, como a Volkswagen, sob os olhos dos agentes de segurança da própria empresa. [...] A CNV acusa diversas empresas, entre elas as subsidiárias da Volkswagen, Mercedes-Benz e Siemens, não apenas de haver cooperado com os serviços de informação e segurança dos militares, mas também de ter ajudado a financiar os aparelhos de repressão – entre eles os centros de torturas.¹

Esta política de ‘vigiar e punir’ foi testada primeiramente em 1968, com a invasão da fábrica e prisão das principais lideranças da greve da Cobrasma² em Osasco, Grande São Paulo; foi novamente aplicada na greve da Scania dez anos depois em 1978; apurou seus requintes de controle e punição na greve da montadora Volkswagen em 1979 quando,

com a colaboração da empresa em tela, o Estado treinou alguns de seus operários e infiltrou agentes em sua linha de montagem para mapear e reprimir as lideranças dos trabalhadores.

Nesta perspectiva de interesse, Dreifuss³ e Bandeira⁴ investigam também os desdobramentos do Golpe de 1964. Segundo suas análises, a deposição de Jango resultou do conluio dos setores conservadores para conter a organização e os avanços sociais das camadas populares. Talvez, por isso, a interpretação segundo a qual houve “uma grande conspiração” – que congregava vários setores da sociedade civil e militares, além da participação dos EUA – reforça a ideia de “golpe de classes”. A esse respeito Cunha pondera:

Relativamente às motivações que conduziram a 1964 é certo que as elites civis urbanas identificaram no golpe e na ditadura o caminho para implantar um novo regime econômico que privilegiasse o capital nacional associado ao multinacional. No campo, os senhores de terra visualizaram o golpe e a ditadura como a solução para evitar a reforma agrária e a extensão dos direitos trabalhistas à área rural. Na cidade e no campo, as elites civis entendiam que era preciso reprimir, disciplinar, submeter e tornar os trabalhadores mais produtivos, com o fim de possibilitar uma maior acumulação de riqueza, bem como manter os privilégios existentes.⁵

Em outro momento, a autora reforça sua análise com a tese de que ocorreu uma grande colaboração entre empresas e agentes públicos, no sentido de reprimir as manifestações populares de forma preventiva e reativa buscando impedir

[...] a filiação ao sindicato, a participação em assembleias e a organização de chapas de oposição

para concorrer em eleições para a diretoria dos sindicatos [...] dificultando a articulação e a retomada dos sindicatos por setores progressistas.⁶

Analisando as relações de apoio e colaboração construídas entre as empresas e agentes públicos, Negro repercute os argumentos de Cunha e aponta que as articulações “clandestinas” entre setores do empresariado e o regime militar tinham por objetivo principal controlar e reprimir as reivindicações dos trabalhadores criando, assim, os argumentos para legitimar o “arrocho” salarial, e maximizar os lucros dos empresários.

A derrubada de João Goulart pelos militares representou a interrupção deste processo de ascensão da mobilização da classe trabalhadora brasileira. A elaboração de uma nova política trabalhista encetada pelo governo de Castello Branco (1964-1967), aplicada em conjunto com as medidas repressoras, assim como as intervenções nos sindicatos, possibilitou uma verdadeira revanche patronal. A aliança entre empresários e a polícia tornou-se ainda mais sólida e disseminada. Um clima de medo e perseguições passaria a dominar o interior das empresas. No campo, um número ainda não calculado de trabalhadores rurais foi expulso de suas terras e muitos foram mortos. Uma política econômica antitrabalhista proibiu greves, comprimiu salários, acabou com a estabilidade no emprego, facilitando demissões e a rotatividade da mão de obra. O deliberado enfraquecimento dos sindicatos facilitou em muito a superexploração dos trabalhadores, uma das marcas do regime autoritário, elevando o número de acidentes e mortes nos locais de trabalho.⁷

Após o golpe de 1964, o ambiente político recrudescceu de tal maneira que organizar-se em sindicatos e lutar por melhores condições de trabalho ficou praticamente impossível. Um sintoma desse recrudescimento foi a regulação do direito de greve em julho de 1964, que

impôs restrições aos funcionários públicos e trabalhadores de serviços essenciais de participarem de qualquer manifestação grevista. O número de greves, que vinha numa trajetória ascendente até 1963, teve seus números drasticamente reduzidos com a promulgação da Lei 4.330 em julho de 1964. No campo, a organização em torno das Ligas Camponesas ou dos Sindicatos Rurais, também sofreu duro golpe com a intervenção militar.

A violência contra os trabalhadores teve início já nas primeiras horas da movimentação golpista, sempre buscando controlar e intimidar as manifestações dos trabalhadores. A esse respeito Cunha⁸ salienta que ainda no ano de 1964, 409 sindicatos e 43 federações sofreram intervenção do Ministério do Trabalho.

Os trabalhadores e seu movimento sindical constituíram o alvo primordial do golpe de Estado de 1964, das ações antecedentes dos golpistas e da ditadura militar. Essa afirmação evidencia-se pela violência anterior ao golpe, praticada nos estados em que os governadores, forças militares e policiais, articulados com o governo norte-americano, já estavam conspirando contra o governo federal, bem como pelos duros ataques, desde as primeiras horas, impostos aos trabalhadores e a seus órgãos representativos de classe. Evidencia-se, também, pelas políticas econômicas e sociais desenvolvidas pela ditadura militar e pelo número de vítimas das graves violações sofridas, na comparação com vítimas de outras classes sociais.⁹

No período pré-1964 formou-se uma ampla aliança dos setores conservadores – Igreja, empresários e imprensa – que trabalhou com afincos a fim de viabilizar uma nova configuração política para a sociedade brasileira. Dessa nova configuração política nasceu uma ação colaborativa

entre o Estado Ditatorial e empresas que buscavam controlar os seus empregados de maneira mais eficiente que contava com a “[...] organização de um poderoso sistema de controle e vigilância e a militarização das fábricas”.¹⁰

Nosso interesse neste artigo reside justamente em estudar as circunstâncias desse sistema de controle e repressão que foi criado dentro das fábricas pelos departamentos de segurança interna, bem como sua vinculação com os mecanismos de controle externo da vida dos trabalhadores, ou seja, o uso do aparelho do Estado para reprimir as reivindicações dos trabalhadores. A fim de melhor compreender essas relações, sobretudo, durante a greve dos metalúrgicos do ABC em 1979, analisaremos um conjunto de relatórios produzidos pelo Departamento de Segurança Industrial da Volkswagen do Brasil. Esses relatórios foram difundidos para o DEOPS-SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social – Divisão de Ordem Social – São Paulo) que organizou, através do Setor de Análise, Operações e Informações, um dossiê com mais de 70 páginas, intitulado “Relatórios do Departamento de Segurança Industrial da VW / referentes à Greve de Mar/79”.

Este documento inicia-se com um relatório do dia 12/03/1979, véspera do início da greve, e estende-se até o dia 27/03/1979, quando ocorreu uma assembleia geral que deliberou por uma suspensão da greve por 45 dias, período em que as negociações prosseguiriam. O documento cobriu, pois, todo o período da Greve de 1979 englobando, inclusive os seus 45 dias de trégua, findados em 12/05/1979, quando os metalúrgicos aceitaram a proposta dos patrões e referendaram o acordo em assembleia no dia 13/05/1979.

Este documento integra uma Representação¹¹ apresentada ao Ministério Público Federal, como “anexo 5”, sobre a prática de graves violações de direitos humanos atribuídas à Volkswagen contra trabalhadores no período ditatorial. A Representação encaminhada ao Procurador Regional dos Direitos do Cidadão do Estado de São Paulo, Pedro Antônio de Oliveira Machado, busca demonstrar a cumplicidade entre a empresa e o Estado Ditatorial na execução de graves violações de direitos humanos. Daí resultou o Inquérito Civil Público nº 1.34.010.006706/2015-26 que, entre outras arbitrariedades, destaca o papel da empresa na elaboração de uma lista com quase cinquenta nomes de pessoas que participaram da Greve de 1979. Após estes acontecimentos, muitos dos trabalhadores fichados pela empresa vivenciaram as dificuldades de encontrar uma nova ocupação no setor metalúrgico, pois ficaram marcados com a pecha de subversivos e, assim, tratados e vistos como párias da lei.

O documento “Relatórios do Departamento de Segurança Industrial da VW / referentes à Greve de Mar/79” faz parte do acervo que está sendo analisado em um projeto intitulado “Movimento operário em São Paulo: organização, repressão e resistências (1960-2000)”, que integra pesquisadores de algumas universidades e membros do IIEP (Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas), uma das entidades signatárias da já referida Representação. Além desses relatórios, a própria Representação também será um documento extremamente valioso para compreender as condutas empresariais que configurariam graves violações de direitos humanos ou, no mínimo, ações consideradas preparatórias para tais atos.

Conhecemos a importância em problematizar uma documentação a partir de sua produção. Assim, devemos, pois, evitar utilizar o documento como algo pronto e acabado em seus limites e que reflete, portanto, a realidade definitiva de um dado acontecimento ou período. Em outras palavras, todos os documentos possuem “intencionalidades” e são produzidos a partir de um espaço social que reflete as vontades, desejos e forças hegemônicas de uma época. A esse respeito Le Goff comenta:

O documento não é inócuo. É antes demais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo.¹²

Assim, a função fundamental do historiador é fazer a crítica do documento, retirar dele a áurea sagrada e mostrar que ele é o resultado das contradições sociais de sua época. São essas contradições que permitem uma releitura quase que permanente de suas intencionalidades, pois mais do que uma construção operada para falar e desvendar o passado, o documento é uma janela aberta para repensar o presente. Daí que, ao

analisar o documento, é importante estar atentos às circunstâncias de sua produção e o uso que dele será feito em outros contextos.

Os documentos produzidos pelo Departamento de Segurança da Volkswagen atendiam aos interesses e necessidades da própria empresa, como uma forma de controlar e pressionar seus operários, mas também se inseria na lógica da cooperação empresa/Estado, no sentido de controle dos trabalhadores, como se depreende da difusão desses documentos para os órgãos de repressão do Estado.

Ainda que fora de nosso recorte cronológico, a criação do CECOSE (Centro Comunitário de Segurança), em 1983 no interior de São Paulo, indica a intencionalidade desses documentos em municiar os aparelhos de repressão e também de possibilitar a troca de informações entre diversas empresas. A esse respeito, o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) dá entender que:

Esse centro operava no compartilhamento de informações sobre as atividades dos trabalhadores, sobretudo, dos dirigentes sindicais, por meio de reuniões mensais nas dependências das fábricas, hotéis ou pousadas da região, com a presença de representantes empresariais. O CECOSE contribuiu para aprofundar a colaboração entre o empresariado da região, o da capital de São Paulo e o regime militar, visando manter a segurança patrimonial e política dentro das fábricas. Era composto por chefes de segurança, normalmente de extração militar, de 25 grandes empresas transnacionais, nacionais e estatais, e membros do Exército, Aeronáutica, Centro Técnico Aeroespacial (CTA), e das Polícias Militar, Civil e Federal. Nos documentos obtidos a respeito do funcionamento do centro, localizou-se um, datado de 18 de julho de 1983, no qual se registra, textualmente, que o representante da empresa Volkswagen expôs os

assuntos mais importantes em reunião, apresentando anotações, em forma de “lembretes”, ao CECOSE.¹³

É importante salientar que esses documentos produzidos na década de 1970 não foram elaborados com a intenção de fazer parte da história canônica, ou seja, não pretendiam a priori ser os “documentos históricos” de uma época. Talvez, por isso, sem saber da importância de suas realizações, muitos registros das manifestações operárias dessa época foram perdidos ou destruídos no início da redemocratização, numa clara tentativa de isentar os envolvidos de suas responsabilidades nos acontecimentos.

Os documentos conservados foram produzidos a partir de ações concretas de vigilância, controle e punições. Eles apresentam traços de graves violações dos direitos humanos cometidas pelas empresas que trabalhavam em consonância com os organismos de repressão do Estado Brasileiro, para reprimir os movimentos sociais de forma geral. Importante destacar que, na mesma medida em que a repressão intensificava seus métodos de perseguição política, novos atores e novas estratégias de luta surgiam para fazer frente aos desmandos do estado repressor, como destaca Sader:

Os movimentos sociais foram um dos elementos da transição política ocorrida entre 1978 e 1985. Eles expressaram tendências profundas na sociedade que assinalavam a perda de sustentação do sistema político instituído. Expressavam a enorme distância entre os mecanismos políticos instituídos e as formas de vida social. Mas foram mais do que isso: foram fatores que aceleraram essa crise e que apontaram um sentido para a transformação social. Havia neles a promessa de uma radical renovação da vida política. Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das

questões da vida cotidiana. Apontaram para uma nova concepção política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social, em que a população trabalhadora está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações de bairros. Eles mostravam que havia recantos da realidade não recobertos pelos discursos instituídos e não iluminados nos cenários estabelecidos da vida pública. Constituíram um espaço público além do sistema de representação política.¹⁴

Para o autor, a crise do sindicalismo tradicional emprestou à luta dos trabalhadores novas estratégias. Nesse sentido, o autor argumenta que, a partir de 1965, com o fim da negociação salarial, o governo forneceria os índices de reajustes salariais a partir de uma equação determinada pela lei 4.725. Essa manobra enfraqueceu o poder de negociação dos sindicatos tradicionais altamente burocratizados e mantidos pelas “benesses” do Imposto Sindical. É nessa disputa, entre o antigo e o contemporâneo, entre capital e trabalho, entre controle e liberdade sindical que o autor enxerga o surgimento de um modelo de “novo sindicalismo”.

Segundo Sader, esse “novo sindicalismo” podia ser percebido no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, principalmente a partir da gestão de Paulo Vidal, que legou à gestão de Luís Inácio Lula da Silva, a partir de 1975, uma nova maneira de dialogar com as bases. Nesse momento, merece destaque a preocupação do sindicato em atuar dentro de uma “margem legal” de manobra, o que deixa entrever algumas ambiguidades: evitar a insatisfação das bases e manter a legalidade (conciliação e contestação).

Nesse “novo sindicalismo”, emergem três grandes temas que merecem destaque em nossa análise, a saber: primeiramente temos o fortalecimento do orgulho cooperativo, a partir de uma forte exaltação do sindicato e do operário, expresso na construção de grandes sedes, por exemplo; num segundo momento percebe-se a “colaboração com o governo”, através do cumprimento das leis e a manutenção da ordem, em contrapartida, os operários - que geram o crescimento do país - deveriam ser ouvidos e, na medida do possível, ter suas reivindicações atendidas; finalmente, na esfera da conciliação, aparece como uma defesa responsável dos interesses operários, por exemplo, no fortalecimento do departamento jurídico do sindicato a fim de buscar brechas legais e propor alterações na legislação que favorecessem os trabalhadores.

Assim, verificamos que na Greve de 1979, objeto deste artigo, o conflito salarial era dissociado, ao menos nos discursos, de viés político e vinculado ao campo do direito e da necessidade dos trabalhadores. Em seus discursos, Luís Inácio Lula da Silva buscava se distanciar da ideia de “greve política” e reforçar a ideia de “honra” e justiça social.

O conflito salarial começa a ser investido de um significado maior, vinculado à própria honra dos que o assumiram. É para esse desafio que Lula convoca seus ouvintes e por isso quer que entendam esse significado. Posto nesse registro, certamente seus ouvintes identificaram esse conflito com outros que cada um deve ter experimentado em sua vida. A prepotência dos dominantes, a justeza da causa dos trabalhadores [...] ele diz nunca ter visto “tanta safadeza” como a de “alguns empresários”.¹⁵

Num contexto altamente polarizado pelos desdobramentos da Guerra Fria retirar o cunho político das greves funcionava como uma

tentativa de neutralidade para as reivindicações dos trabalhadores, ou seja, a intenção era minimizar, ou encobrir o conflito de classes e apelar para o justo direito das reivindicações com o fortalecimento do discurso econômico.

Ricardo Antunes¹⁶ problematiza os avanços e limites do político e do econômico quando trabalha as diferenças entre as greves de 1978 e 1979. Para esse autor, ainda que existam outras razões, as greves eram contra a superexploração do trabalho e o arrocho salarial. Daí que a greve de 1978 pode ser considerada como uma greve “defensiva”, sobretudo, pelo destaque dado à questão econômica. Já em 1979 temos uma greve mais “ofensiva”, pois a questão econômica acabou se encontrando com as reivindicações políticas.

Depois do acordo coletivo de 1978 (entre patrões e a indústria automobilística), ocorreram várias greves por fábricas, no segundo semestre de 1978. Essas greves buscavam estender o acordo a todos os metalúrgicos do ABC. As empresas, por sua vez, fortalecem os mecanismos de controle e perseguição, com demissões e descontos das horas paradas, visando a enfraquecer o movimento, talvez já se preparando para as mobilizações de 1979.

Nesse sentido, Antunes destaca duas mobilizações que foram “didáticas” para as greves de 1979. Na Villares, em dezembro de 1978, temos uma greve após a demissão de um operário que havia sido agredido pela chefia. Com a paralisação a empresa iniciou uma demissão em massa e os operários voltaram ao trabalho. Na Resil, após uma greve reivindicando 30% de aumento, observamos demissões e proibição de permanência dos grevistas dentro da fábrica – orientação da FIESP, pois

com o operário na rua a repressão seria mais fácil. Em resposta a essa tentativa de intimidação, os operários passaram a se reunir no sindicato e fizeram piquetes para evitar a entrada de trabalhadores contratados na Resil. Nesta greve já verificamos uma nova tática de luta, com assembleias diárias, piquetes e maior organização.

Na Campanha Salarial de 1979, os operários elegeram quatro pontos principais para as suas reivindicações são eles: a) 34,1 % de aumento salarial, acima do índice oficial, para repor perdas; b) estabelecimento de um piso de 3 salários mínimos; c) estabilidade para delegados sindicais; d) redução da jornada para 40hs semanais. Apesar, das fortes mobilizações as negociações não avançaram por dois motivos fundamentais: intransigência patronal e divergências entre as entidades que representavam os trabalhadores. O resultado foi a fragmentação da luta e a divisão dos interesses de cada sindicato que levou a Federação dos Metalúrgicos a aceitar a proposta da FIESP, validando o acordo para 29 sindicatos, deixando, ao mesmo tempo, alguns sindicatos de fora desse acordo, destaque para o sindicato do ABC. Como vimos anteriormente, ainda que os operários sindicalizados adotassem como estratégia fugir dos temas políticos, é importante salientar que a dificuldade em negociar com os patrões estava também diretamente vinculada à questão política representada na ideia de uma “abertura lenta e gradual, com responsabilidade”. A esse respeito Rezende comenta:

A explosão das greves a partir de março de 1979 marcou o início do governo Figueiredo. Os avanços da abertura passavam a ser condicionados, pelos componentes do grupo de poder, aos recuos nas reivindicações dos trabalhadores. A greve dos metalúrgicos do ABC paulista, por exemplo, foi

julgada ilegal, assim como em 1978. Acirrava-se o processo de repressão aos movimentos grevistas. As negociações e os acordos tornavam-se cada vez mais difíceis. O regime explicitava que a abertura política à qual eles se referiam não objetivava permitir o acirramento deste tipo de conflito.¹⁷

Em assembleia realizada em 12/03/1979, o sindicato aprovou a paralisação das atividades:

Deste modo, nas primeiras horas do dia 13 de março, várias fábricas do ABC paralisaram suas atividades, tais como a Ford e a Volkswagen, sendo que nesta última formou-se um gigantesco piquete com milhares de trabalhadores, o que teve importância decisiva para o movimento grevista, tendo em vista a relevância desta fábrica para o conjunto da indústria automobilística. Neste mesmo dia realizou-se uma assembleia gigantesca em São Bernardo, com cerca de 60 mil operários, dando início à uma prática cotidiana de assembleias plebiscitárias com milhares de operários, onde constantemente eram avaliados e redefinidos os rumos do movimento.¹⁸

Neste momento, teve início a produção de um relatório sobre a greve na Volkswagen, intitulado “Detalhes observados na Greve”. Esse documento é chancelado pelo carimbo “Segurança Industrial – Controle”, com o logotipo da Volkswagen. Esse documento sobrevive ao tempo porque o setor de segurança da Volkswagen enviou seus arquivos ao DEOPS a fim de atender à política de colaboração e controle que havia entre algumas empresas e Estado. No DEOPS esse material foi organizado e arquivado com outros documentos produzidos no mesmo período. A soma desses arquivos gerou um grande e detalhado relatório, com mais de setenta páginas, denominado “Relatórios do Departamento de Segurança Industrial da VW / referentes à Greve de Mar/79”. Para

além do dia a dia da greve, os relatórios trazem outras valiosas informações para os pesquisadores, como a distribuição de comunicados que mapeavam a participação dos operários nas atividades grevistas e emitem considerações sobre as atividades consideradas “criminosas”, notadamente as ações de “sabotagem” industrial.

A parte inicial do documento, composta pelas 15 primeiras páginas, aponta em ordem cronológica os episódios da greve, iniciando com relatos a partir do dia 12/03/1979, uma segunda-feira, quando “[...] foi observada a distribuição de comunicados emitidos pelo Sindicato dos Metalúrgicos de SBC, determinando a paralisação por parte dos metalúrgicos a partir das 00:00 horas do dia 13”.¹⁹

Na sequência, o relatório apresenta uma relação de pessoas presas e/ou identificadas como integrantes do movimento indicando o seu nome, o setor em que trabalham, a data da ocorrência e a ligação com o movimento sindical. De posse desse relatório, o *staff* da VW em colaboração com agentes do Estado cria um grupo de espiões que vai agir politicamente dentro das fábricas, para impedir a proliferação das ideias e das reivindicações das lideranças dos grevistas. Um exemplo desse *modus operandi* é a atuação de controle e repressão desse grupo nas áreas de acesso à fábrica.

Os grevistas param o coletivo e solicitaram aos seus ocupantes que se retirassem do mesmo e fossem embora para casa. Dentre os ocupantes do ônibus se encontravam dois guardas da segurança industrial da VW que ao perceber a intenção dos mesmos, evitaram o ônibus fosse esvaziado, dando uma ‘prensa’ nos grevistas, afastando-os da porta de entrada do ônibus e o mesmo prosseguiu seu trajeto. O referido piquete era pequeno, por isso houve facilidade na manobra.²⁰

Em outra sequência o relatório apresenta alguns depoimentos colhidos pelo Departamento de Segurança Industrial, em que as agressões e ameaças aos funcionários da empresa aparecem como forma de incriminar a atividade sindical e suas lideranças. Como se depreende do relatório de Segurança Industrial do dia 27/03/1979:

Houve também, por parte dos grevistas, depredação de alguns ônibus e a quase tentativa de agressão dos motoristas que tentavam reagir. Outros veículos de funcionários que tentavam furar as barreiras formadas pelos grevistas eram ameaçados de serem tombados. A Segurança Industrial está registrando todos os casos de agressão.²¹

A importância do documento e de suas mensagens codificadas entre o passado e o futuro é tema das reflexões de Keith Jenkins em sua obra *A História Repensada*.²² Nessa obra o autor pondera que dúvidas precisam ser colocadas sobre a “situação dos documentos e suas provas” a fim de que o documento não se transforme em objeto eivado das “verdades” cristalizadas de uma época. Em outras palavras, qual a “situação de verdade” que o documento é capaz de reter em sua estrutura? O que ele guarda de relevante do passado e como seus segredos podem ser revelados? Como uma determinada fonte documental pode ajudar a elucidar decisões tomadas em um período de cerceamento das liberdades?

Nessa mesma linha de pensamento, Mariana Joffily afirma que o documento deve ser questionado em sua forma e conteúdo, considerando, principalmente, as circunstâncias de sua produção:

[...] qual é a verdade passível de ser extraída de documentos gerados em um contexto de perseguição política, campo no qual é comum a sobrevalorização

da suspeita, e o uso distorcido de informações sobre o oponente [...]”.²³

Ainda que a autora tenha trabalhado com documentos da Operação Bandeirante (Oban) e do Centro de Operações de Defesa Interna – Departamento de Operações de Informações (DOI-CODI), suas conclusões deixam entrever que essas questões podem ser pensadas para outros documentos de natureza semelhante.

Ao analisar o caso específico do regime militar, Joffily afirma que,

[...] Quem percorrer os interrogatórios da Oban ou do DOI-CODI buscando marcas das torturas aplicadas durante as sessões ficará desapontado. Não há registro dessa prática provavelmente em lugar nenhum”.²⁴

No trecho do documento citado anteriormente, indicando que dois guardas da segurança industrial da Volkswagen deram “uma ‘prensa’ nos grevistas”, é possível que a violência tenha ido além de uma simples “prensa”, pois esses documentos estão carregados de eufemismos que ajudam a esconder as ações repressoras tanto do Estado como da Empresa. Isso também poderia ter ocorrido em outros trechos como deixa entrever o relato do dia 27/03/1979 quando os operários:

[...] foram surpreendidos efetuando piquetes na Avenida Pereira Barreto os funcionários: - Nelson Rosseto [...] – Joaquim Santos Vogado [...] os mesmos foram conduzidos à Segurança Industrial, seus serviços suspensos. Prestaram na data de hoje, esclarecimento sobre o ocorrido.²⁵

Os documentos produzidos pelo departamento de segurança da Volkswagen deixaram relatórios extensos e detalhados das reuniões sindicais e da rotina de muitos de seus funcionários e ex-funcionários. A

empresa captava e retransmitia os planos dos trabalhadores sobre as greves e sobre suas demandas por melhores salários e condições de trabalho. A empresa divulgou nomes de alguns de seus funcionários que participaram de eventos do sindicato e, em alguns casos, forneceu uma ficha minuciosa com endereço, número da Carteira de Trabalho e características físicas dos funcionários suspeitos de colaborar com agrupamentos políticos de viés comunista. O documento informa ainda que “[...] foram fotografados vários elementos que estavam insuflando os grevistas, os quais proferiam insultos à determinadas autoridades e Diretores da Firma [...]”.²⁶

Nas anotações referentes ao dia 14/03/1979, o relatório informa que vários funcionários da Volkswagen, que atuavam como líderes de piquete, foram identificados como próximos a Luís Inácio Lula da Silva que, na ocasião, cumpria o papel de orientador dos grevistas.

O relato do dia 17/03/1979, que segue abaixo, confirma essa prática colaboracionista da empresa com o Estado:

Embora funcionando com o pessoal só de manutenção, segurança e bombeiros, a polícia deteve junto ao portão de entrada da VW, vários elementos que estavam participando do movimento paredista. [...]. Dentre eles puderam ser identificados três ex-funcionários da VW: Tenório Tadeu O. Pereira CP nº 07571 série 321 – endereço: rua Jequitinhonha, 326 - Bairro Campestre – Santo André. Enilson Simões de Moura RG. 1.191.172 (alemão barbudo), endereço: rua Waldemar Ferreira Martino, 254 – Vila Alvinópolis SBC; Ana Maria Morais Nogueira, CP nº 35.614 série 609 – endereço: rua das Palmas nº 363– Santo André. OBS. Os três elementos ainda possuem farto dossiê na segurança – o último nome é pessoa pertencente à “Convergência Socialista”.²⁷

Interessante destacar que dois desses ex-funcionários – Enilson de Moura e Ana Nogueira - acabaram presos em seguida e voltaram a figurar no relatório, nas anotações do dia 26/03/1979: “Em matéria publicada no jornal Folha da Tarde de 24.03.79, página 6, verificamos uma relação de pessoas detidas [...] verificamos as presenças dos ex-funcionários: Enilson Simões de Moura [...] Ana Maria de Moura Nogueira”, o relato prossegue indicando outros nomes de ex-funcionários e indica, também, a “[presença de Lucia Ferreira de Menezes. Trata-se do nome de solteira de nossa funcionária [...] líder feminina atuante no meio sindical, de quem possuímos dossiê.”²⁸

Uma parte das páginas do relatório é ocupada por depoimentos tomados pelo Departamento de Segurança Industrial, temos 34 deles, produzidos entre os dias 20 e 26/-3/1979, quase sempre relacionados às falas de funcionários que alegam ter sofrido agressões ou intimidação por parte de grevistas e desconhecidos. Constam ainda algumas solicitações de saída antecipada, com alegações de temor e ameaças na volta para a residência. Talvez, por isso, Joffily, em suas investigações sobre o período autoritário, alerta-nos que é preciso

[...] levar em conta seu contexto de produção, fazer a crítica das fontes levando em conta as operações de ocultamento/revelação próprias desse material, evitando tomá-los em seu sentido literal e atentando para os usos a que estava destinado quando foi forjado. Além de mapear, em função do recorte temático com o qual se está trabalhando, quais as “armadilhas”, limites e possibilidades a serem encarados.²⁹

O Departamento de Segurança Interna propagava uma pedagogia do medo cotidiano entre os operários que se protegiam das retaliações fingindo desacordo com as pautas e métodos utilizados pelos sindicalistas e grevistas. Essa estratégia de defesa ou proteção fica evidenciada em diversas passagens dos depoimentos. Por exemplo, em 23/03/1979 uma funcionária alega que “[...] por não haver aderido ao movimento grevista [...] tem se defrontado com diversos problemas [...] inclusive, colocando em risco sua própria integridade física”. O depoimento segue indicando a dificuldade em se deslocar até a fábrica, as ameaças sofridas e também as justificativas por não “[...] comparecer ao trabalho nos dias 14, 15, 16, 20 e 21 do corrente [...]”.³⁰

Essas alegações de ameaças, bloqueios, retiradas à força dos ônibus por grevistas e a condição de “vítima” desses operários são recorrentes nos depoimentos, mas há também relatos de informantes cooptados pela empresa a fim de atualizá-la dos acontecimentos externos.

Comunicamos que nessa data viemos a ouvir o empregado Nelson Rosseto [...] Confirma ter estado em 3 reuniões na Vila Euclides (SBC) promovida pelos adeptos da dita greve e encabeçada pelo elemento vulgo “Lula”, destituído da Presidência do Sindicato por Intervenção Federal. Segundo palavras do próprio Declarante, os “piquetes” são formados e orientados pelo Sindicato [...] de modo isolado [...] daí não estar a par se os ocupantes de cada grupo eram orientados a tecer ameaças.³¹

Outro destaque importante deve ser dado aos “Boletins de Ocorrência” que eram muito semelhantes aos produzidos pelos órgãos de repressão e controle do Estado, tendo como diferencial, basicamente, o timbre de uma empresa privada. Evocando uma vez mais os

ensinamentos de Joffly, ao analisar qualquer documento o historiador não deve se prender apenas às idiossincrasias de seu conteúdo formal, deve também verificar

[...] os atributos que parecem secundários, mas que são fundamentais no entendimento de suas funções: por quem é produzido, a quem é destinado, os carimbos que o percorrem, as assinaturas que nele constam, se é ou não redigido em papel timbrado”.³²

O Boletim de Ocorrência em tela – do dia 23/03/1979 – deixa entrever que a empresa agia com a certeza da impunidade, uma vez que foi confeccionado em papel timbrado e conta com a assinatura de vários funcionários e indicação de seus respectivos cargos em um campo próprio do formulário. O documento é assinado pelo “Feitor da Guarda”, Supervisor, Chefe de Seção, Gerente e, por último identifica o seu “Emitente”: Luis Rocelande Andrade. Havia, portanto, uma grande segurança de que esses métodos heterodoxos, apesar de serem conhecidos interna e externamente à empresa, não causavam preocupação aos seus responsáveis, uma vez que amparados pela parceria entre a empresa e os agentes do Estado, os colaboradores das empresas sentiam-se seguros de que jamais seriam incomodados ou questionados pelas autoridades a respeito desse interrogatórios.

O Boletim de Ocorrência intitulado “Atitudes não condizentes de funcionários VW”, indicava que dois funcionários – Nelson Rosseto e Joaquim Santos Vogado - foram levados até a Chefia de Segurança Industrial por um soldado – Cláudio de O. Moraes – porque foram surpreendidos “[...] efetuando piquetes com a finalidade de evitar que funcionários VW tomassem o ônibus da Empresa [...]”. Na sequência o

documento informa que os funcionários tiveram seus serviços suspensos e foram encaminhados ao SEDEPADIS – um Serviço de Apurações Disciplinares, espécie de polícia interna da empresa – para prestarem depoimento “[...] ficando as suas Chefias cientes das providências tomadas através do Supervisor Sr. Paulo Afonso [...] e do Mestre Sr. Geraldo Perin Leite [...]”.³³

Esse documento deixa, uma vez mais, evidenciado a cooperação entre a repressão governamental e a empresa numa perigosa mistura dos interesses públicos com os privados, ou seja, o policial (agente público) prendeu os funcionários (empresa privada) que foram levados para depor em um processo executado de forma privada pela empresa que, por sua vez, enviou cópia dos documentos para os agentes públicos do Estado no DEOPS.

Os depoimentos tomados pela CNV apontam também os traços dessa violência e ilegalidade praticada dentro da fábrica, como o de Lúcio Bellentani:³⁴

Funcionários da Volkswagen foram detidos nas instalações da empresa, surrados e torturados durante os chamados “anos de chumbo”, quando a repressão no Brasil assumiu características mais brutais. Segundo depoimento de vítimas, as detenções e torturas ocorriam debaixo das vistas do pessoal de segurança da fábrica. O nome de Adhemar Rudge, coronel das Forças Armadas durante o regime e chefe da área de segurança da Volkswagen do Brasil entre 1969 e 1991, é citado nominalmente por Lúcio Bellentani [...].³⁵

Sobre as ações colaborativas de Ademar Rudge, o historiador Christopher Kooper, contratado pela Volkswagen, destaca que sua

experiência anterior como oficial das forças armadas ajudou a padronizar os trabalhos do Departamento de Segurança Industrial e que:

A VW do Brasil foi irrestritamente leal ao governo militar e compartilhou os seus objetivos econômicos e de política interna. A correspondência com a diretoria em Wolfsburg evidenciou até 1979 um apoio irrestrito ao governo militar que não se limitava a declarações de lealdade pessoais. Em 1969, iniciou-se a colaboração entre a segurança industrial e a polícia política do governo (DEOPS), que só terminou em 1979. **Essa colaboração ocorreu especialmente através do chefe do departamento de segurança industrial Ademar Rudge, que devido a seu cargo anterior como oficial das forças armadas sentia-se particularmente comprometido com os órgãos de segurança. Ele agia por iniciativa própria, mas com o conhecimento tácito da diretoria.** Uma vez que não havia obrigação legal de informar sobre manifestações de opinião da oposição, o chefe da segurança industrial, no monitoramento e na denúncia das atividades da oposição do pessoal, agia em responsabilidade própria e com uma lealdade natural ao governo militar. Apesar de não ser possível determinar com exatidão o grau de participação da segurança industrial na descoberta e prisão de um grupo comunista ilegal, uma atitude menos cooperativa da segurança industrial poderia ter ao menos adiado e possivelmente evitado as prisões.³⁶

O excerto deixa entrever a irrestrita lealdade da empresa ao governo e a colaboração de seu setor de segurança interna com os órgãos de repressão, mas, ao mesmo tempo, tenta inculcar maior responsabilidade das ações na figura do chefe de segurança que “agia por iniciativa própria” ainda que com o “conhecimento tácito da diretoria”. Apesar das tentativas de transferir a responsabilidade da empresa para o funcionário, os documentos indicam que a Volkswagen do Brasil e sua matriz – que

recebia os relatórios detalhados dessas ações – tiveram participação direta nas graves violações de direitos humanos. Em suas anotações, Christopher Kooper registrou que durante a greve a polícia foi chamada e, com autorização da empresa, se instalou no interior da fábrica:

Uma vez que a segurança industrial não conseguia mais quebrar sozinha a corrente de piquetes na frente do portão da fábrica devido ao grande número de trabalhadores, a direção da VW como única empresa da região, pediu ajuda à polícia militar. Em 14 de março, a polícia militar entrou na fábrica onde se instalou na oficina de formação profissional durante a greve. A diretoria da fábrica não só deixou a polícia militar à vontade, como ainda garantiu a sua alimentação pelos funcionários do refeitório da fábrica.³⁷

A empresa produziu muito material que pode ser utilizado para comprovar essas práticas. O documento analisado neste artigo é finalizado no dia 27/03/1979, quando uma assembleia deliberou pela suspensão de 45 dias da greve. O relatório apresenta evidências de que a assembleia foi acompanhada por agentes da empresa.

Foi lida pelo Dr. Maurício, a proposta de retorno ao trabalho que continha os seguintes itens: Estudo de retorno da Diretoria em 45 dias; Não desconto dos 11% (estudado por comissão); Estudo do pagamento das horas não trabalhadas; Estudo de possibilidades de que nenhum grevista sofra punição. Em princípio os presentes não aceitaram tal proposta, porém, assumindo a palavra o Lula este solicitou-lhes meditação. Depois de várias observações procedidas, finalmente todos aceitaram sua orientação de retorno imediato ao trabalho³⁸.

O documento traz também informações sobre o descontentamento de indivíduos da Convergência Socialista que não

aceitavam os procedimentos de intimidação utilizados pela empresa e aponta para a existência de um boato de que esse grupo estaria tramando

[...] alguma coisa ao retorno em 28.03.79. Porém esse retorno até o presente momento 14:00 horas de 28.03.79, em que encerramos esse relatório tem sido na mais perfeita calma e normalidade, com a empresa ganhado seu rítimo (sic) de trabalho.³⁹

O descontentamento, aliás, não era apenas deste agrupamento. Nessa mesma ocasião Lula, em entrevista, demonstra a forte rejeição à suspensão da greve entre os operários,

O ano de 1979 foi um ano muito rico, mas a greve não terminou bem. Fomos para a porta das fábricas, preparamos os trabalhadores para uma guerra. [...] Acontece que quando fomos negociar a proposta dos empresários era uma proposta boa.⁴⁰

Em seguida prossegue expondo como se deu a assembleia no Estádio de Vila Euclides, indicando que os operários eram contra o final da greve e que todos que falaram explicando o acordo eram vaiados:

Eu estava tranquilo. Eu tinha consciência de que se colocasse a proposta, ela seria reprovada. E eu era o dirigente que tinha feito a proposta na mesa de negociação; se a proposta fosse reprovada, eu iria voltar para a mesa de negociação fragilizado. [...] Então ao invés de colocar a proposta em votação, eu propus um voto de confiança dos trabalhadores em mim [...] Todo mundo levantou a mão, mas todo mundo “puto”. Quando todo mundo baixou o braço, era unanimidade que eu tinha traído a categoria.⁴¹

A greve suspensa nesse momento para negociação já vinha demonstrando certo enfraquecimento, aliás, os próprios relatórios da empresa sobre os percentuais de comparecimento e a mudança de posição

de algumas lideranças indicavam para o fim da greve. A esses acontecimentos soma-se a intervenção nos sindicatos decretada na noite de 23/03/1979. Conforme Antunes:

[...] na segunda feira (26 de março), apesar da continuidade da paralização, houve um retorno não desprezível ao trabalho, o que fez com que a direção sindical e a comissão de salário – o comando de greve – dadas as condições reais desfavoráveis, reavaliassem o movimento e visualizassem a impossibilidade do seu prosseguimento.⁴²

Nesse período de 45 dias, os dois lados prepararam-se para novos enfrentamentos: patrões descumprindo o acordado (demitindo funcionários) e os operários reorganizando suas forças para voltar à greve. Em 12 de maio de 1979 as lideranças da greve celebraram um acordo com a FIESP e, no dia seguinte sua legitimidade foi posta à prova em assembleia plebiscitária com os operários que referendaram o acordo. Assim, permitiu uma breve trégua que seria rompida com novos enfrentamentos na greve dos metalúrgicos do ABC de 1980.

Considerações Finais

Numa conjuntura em que o modelo econômico do regime militar apresentava evidentes sinais de colapso, recebendo agudas críticas de diversos setores da sociedade, as greves de 1978, com táticas de ocupação das fábricas, e de 1979, que assumiu uma característica de greve geral com presença nas ruas de São Bernardo do Campo e de outras cidades do ABC paulista, podem ser consideradas como um ponto de inflexão nas lutas contra os militares e seus apoiadores que, sem perceber as mudanças,

insistiam em fazer arranjos políticos para uma transição democrática, desconsiderando a participação do operariado.

As greves de 1978 e de 1979 tiveram, então, um papel de destaque no fortalecimento da luta dos operários. Conforme Antonio Rago Filho:

O ponto decisivo a ser registrado reside na circunstância em que as greves se nutriram. Reemergiram, pois, no bojo da crise do “milagre econômico brasileiro”, e por sua efetivação concreta batiam de frente com o pilar fundante da política econômica da ditadura, com os limites estabelecidos pelo domínio autocrático dos proprietários e ancorados numa legislação repressiva; desse modo, o simples pôr-se em marcha as faziam greves imediatamente políticas. A reação dos possuidores foi imediata, buscando inibir e cercear o alargamento das greves e de possíveis conquistas da classe operária, com o reforço da vigilância e policiamento interno nas fábricas à cata de lideranças, as inevitáveis demissões e açoitamentos, como panfletos de intimidação a quem aderisse a novas agitações e paralisações.⁴³

Daí a preocupação verificada nos documentos produzidos pelo Departamento de Segurança Industrial da Volkswagen, pois eles anunciam as mudanças nas estratégias de luta dos metalúrgicos do ABC que, posteriormente, serão copiados por outros segmentos sociais.

Nessa nova conjuntura de lutas contra o regime militar, alguns atores sociais, (empresários, imprensa e Igreja, entre outros), que haviam apoiado o golpe civil-militar de 1964, no final da década de 1970 optam em abjurar esse apoio. O caso mais emblemático dessa autocrítica foi, talvez, o da Igreja Católica que havia apoiado o golpe civil militar de 1964, tendo o Vaticano reconhecido o novo regime. Contudo, no âmbito do Concílio II do Vaticano e da ação dos Papas João XXIII e Paulo VI, a alta

hierarquia católica disseminou mudanças que levariam ao engajamento de suas bases, doravante voltada para a luta em defesa dos pobres, da participação social e política dos trabalhadores e dos direitos humanos, com a criação das comissões de Justiça e Paz.

A força simbólica desses acontecimentos leva o governo a mudar de postura e a adotar uma política de “abertura, lenta e gradual”, mas com responsabilidade. Daí o cuidado e monitoramento dos sindicatos, pois qualquer ação mais radical poderia colocar a “abertura” em risco. Talvez, por isso, seus membros são permanentemente vigiados e suas ações criticadas por membros do governo, por representantes dos meios de comunicação, e dos empresários.

Os generais, Octávio de Medeiros (Chefe do SNI) e Golbery do Couto e Silva (Chefe do Gabinete Civil) e o ministro da Fazenda, Delfim Netto, insistiam em que as greves do ABC eram movimentos subversivos que impediam a democratização pretendida pelo regime militar. Justificavam, assim, a repressão policial, as prisões, etc. como forma de proteger a proposta de abertura política do presidente Figueiredo.⁴⁴

Essas greves representam uma parte importante das lutas políticas das décadas de 1970 e 1980, guardam a memória de um período conturbado e contraditório em que—as ações do Estado beneficiavam empresas privadas em detrimento dos direitos e vontades cidadã. Talvez, por isso, a narrativa de “transição paulatina ao Estado de Direito” aparece no relatório produzido pelo historiador Christopher Kooper como uma diretriz para minimizar a responsabilidade da empresa nesse processo de cooperação com a repressão.

A cooperação voluntária com os órgãos de polícia regulares (Polícia Militar) continuou até a grande greve de 1979. Devido à transição paulatina ao Estado de Direito, essa cooperação naquela época já não tinha mais consequências para os trabalhadores. Ainda até 1980, a VW do Brasil demitiu empregados por causa de suas atividades sindicais.⁴⁵

O legado das greves do final da década de 1970 e início de 1980 foram positivos, na medida em que ajudou a consolidar o novo sindicalismo e produziu novas lideranças que tiveram papel de destaque nas lutas, além disso, essas ações evidenciaram o esgotamento do modelo tanto econômico - “O Milagre” - quanto político - a Ditadura.

Notas

* Luiz Antonio Dias é Doutor em História Social pela UNESP-Assis e professor do Departamento de História da PUC-SP e do Mestrado em Ciências Humanas da UNISA. ORCID: 0000-00018834-442X.

** Rafael Lopes de Sousa é Doutor em História Social pela Unicamp e professor do Mestrado em Ciências Humanas da UNISA. ORCID: 0000-0001-8018-8530.

¹ RUSSAU, C. **Empresas alemãs no Brasil: o 7X1 na economia**. São Paulo: Elefante, 2017. pp. 72-73.

² Foi a última grande greve de trabalhadores de 1968, durou três dias e atingiu 6 das 11 principais fábricas da região. O movimento foi liderado pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, José Ibrahim, um jovem de apenas 20 anos ligado Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Os grevistas resistiram por três dias, na madrugada do terceiro dia as tropas do Exército invadiram a Cobrasma e debelaram o movimento. Mais de 400 operários foram presos e a greve terminou sem que nenhuma das reivindicações fosse atendida. O sindicato foi invadido e posto sob intervenção. Mais informações a esse respeito conferir: COUTO, A. M. **Greve na Cobrasma: uma história de luta e resistência**. São Paulo, Annablume, 2003.

³ DREIFUSS, R. A. **1964: A Conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁴ BANDEIRA, L. A. M. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. 8 edição revista e ampliada. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

⁵ CUNHA, R. M. C. da. Violações de Direitos Humanos dos Trabalhadores. In: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório: textos temáticos**. Brasília: CNV, (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2), 2014, p. 60.

⁶ *Ibid.*, p. 63.

⁷ NEGRO, A. L.; CORRÊA, L. R.; FONTES, P. Trabalhadores e a ditadura. **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis, UFSC, Vol. 6, N° 11, pp. 5-9, janeiro-junho, 2014, p. 5.

⁸ Cf. CUNHA, op. cit..

⁹ Ibid., p. 56.

¹⁰ Ibid., p. 64.

¹¹ Essa Representação foi uma iniciativa do “Fórum de trabalhadoras e trabalhadores por verdade, justiça e reparação”, elaborada pelo IIEP e foi entregue à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (MPF). O Inquérito mencionado é acompanhado pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Trabalho (MPT) e Ministério Público de São Paulo (MPSP). A representação foi assinada pelas seguintes entidades e pessoas físicas: Central dos Sindicatos Brasileiros; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; Central Única dos Trabalhadores; Força Sindical; INTERSINDICAL (Central da Classe Trabalhadora); Nova Central Sindical de Trabalhadores; União Geral Dos Trabalhadores; INTERSINDICAL (Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora); Central Geral dos Trabalhadores do Brasil; CONLUTAS (Central Sindical e Popular); Federação Nacional dos Metroferroviários; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Osasco e Região; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico e Eletrônico e de Fibra Óptica de Campinas e Região; Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP); Associação dos Anistiados Políticos, Aposentados, Pensionistas e Idosos do Estado de São Paulo; Rosa Maria Cardoso da Cunha, Presidente da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro; Adriano Diogo, Ex-Presidente da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo (Rubens Paiva); Cristina de Souza Lajolo, Presidente da Comissão de Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo; José Ferreira de Souza, Vereador, Ex-Presidente da Comissão Municipal da Verdade de São Bernardo do Campo; César Antonio Alves Cordaro, Advogado, Membro da Comissão de Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo; Raimundo César Britto Aragão, Advogado, Ex-Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Raphael Martinelli; Aderson Bussinger Carvalho, Advogado, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ; Antonio Modesto da Silveira, Advogado; Daniel Godoy, Advogado, Presidente da Comissão da Verdade da OAB/PR; Gabriel Khoury Dayoub; Carolina Alvim de Oliveira Freitas; Sebastião Lopes de Oliveira Neto; Lúcio Bellentani; Tarcísio Tadeu Garcia; Expedito Soares Batista; José Braz Sobrinho. Utilizamos nesse artigo cópia do documento existente no IIEP (Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas), que é parceiro dos autores no projeto *Movimento operário em São Paulo: organização, repressão e resistências (1960-2000)*. A partir desse momento iremos nos referir a essa representação como: CENTRAL dos Sindicatos Brasileiros et alii. **Representação**, 2015.

¹² LE GOFF, J., **História e Memória**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990. pp. 548-549.

¹³ BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**: textos temáticos. (volume 2). Brasília: CNV, 2014. P. 64. Também é importante fazer referência ao relatório temático "Violação de direitos humanos dos trabalhadores", que foi produzido pelo Grupo de Trabalho "Ditadura e repressão aos trabalhadores e trabalhadoras e ao movimento sindical" (GT-13), sob responsabilidade da Dra. Rosa Cardoso, com secretaria-executiva

de Sebastião Neto (IIEP) e participação de todas as Centrais Sindicais brasileiras. Este GT, inclusive, produziu suas próprias recomendações à CNV, onde já se adiantava a necessidade de responsabilização do empresariado.

¹⁴ SADER, E. **Quando Novos Personagens Entram em Cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. pp. 313-314.

¹⁵ *Ibid.*, pp. 190-191.

¹⁶ ANTUNES, R. **A rebeldia do trabalho** (O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/1980). São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

¹⁷ REZENDE, M. J. de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984**. Londrina: Eduel, 2013. p. 239.

¹⁸ ANTUNES, op. cit., p. 45.

¹⁹ DEOPS. **Relatórios do Departamento de Segurança Industrial da VW / referentes à Greve de Mar/79**, p. 2.

²⁰ *Idem*.

²¹ *Ibid.*, p. 14.

²² Mais informações conferir JENKINS, K. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2001, em especial o capítulo “A verdade”.

²³ JOFFILY, M. A “verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. **Revista Dimensões**, UFES, vol. 32, 2014, p. 4.

²⁴ *Ibid.*, p. 9.

²⁵ DEOPS, op. cit., p. 14.

²⁶ *Ibid.*, p. 3.

²⁷ *Ibid.*, p. 6.

²⁸ *Ibid.*, p. 14.

²⁹ JOFFILY, op. cit., p. 21.

³⁰ DEOPS, op. cit., p. 41.

³¹ *Ibidem*, p. 60.

³² JOFFILY, op. cit., pp. 6-7.

³³ DEOPS, op. cit., p. 58. Cabe destacar que durante as pesquisas foram encontrados mais de 200 Boletins de Ocorrência da Volks, todos localizados no Acervo DOPS, demonstrando que a empresa remetia sistematicamente informações sobre ocorrências cotidianas da fábrica à polícia política.

³⁴ Lúcio Bellentani, era metalúrgico e trabalhou entre 1964 e 1972 na Volkswagen, quando foi preso e torturado ainda no interior da empresa. Ele era membro do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Em 19/06/2019, enquanto produzíamos esse artigo, Lúcio Bellentani faleceu sem que pudesse acompanhar o desfecho do Inquérito Civil Público aberto contra a Volkswagen do Brasil.

³⁵ RUSSAU, op. cit., p. 97. Importante destacar que o Coronel Adhemar Rudge, antes de trabalhar na Volkswagen, foi Diretor da Polícia Federal na Guanabara e assessor do Ministério da Justiça, essas informações são importantes para mostrar que Rudge tinha trânsito nos altos escalões da ditadura.

³⁶ KOPPER, C. **A VW do Brasil durante a Ditadura Militar brasileira 1964-1985: Uma abordagem histórica**. Alemanha/Bielefeld: Corporate History Department of Volkswagen Aktiengesellschaft Dieter Landenberger, 2017. pp. 112-113. Grifos nossos.

³⁷ *Ibid.*, p. 72.

³⁸ DEOPS, op. cit., p. 14.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Depoimento de Luís Inácio Lula da Silva, in OLIVEIRA, C. R. de; NORONHA, E. G. (org.) **Greves no Brasil** (de 1968 aos dias atuais): depoimentos de lideranças. São Paulo: Cortez, 2015. p. 175.

⁴¹ Ibid., p. 176.

⁴² ANTUNES, op. cit., p. 50.

⁴³ RAGO FILHO, A. O ressurgimento das greves operárias no ABC Paulista e o ardil do politicismo da autocracia burguesa bonapartista (1978-85). In: **Verinotio** - revista on-line de Educação e Ciências Humanas, PUC-SP, São Paulo, n. 10, ano V, out. 2009. p. 97.

⁴⁴ REZENDE, op. cit., p. 272.

⁴⁵ KOPPER, op. cit., p. 113.